



A INFLUÊNCIA DA AMIZADE NAS CONSTITUIÇÕES POLÍTICAS EM ARISTÓTELES

Dra. Zoraida M. L. Feitosa
Universidade Federal do Piauí
zmlfeitosa@hotmail.com

Resumo: Este artigo compara a concepção de amizade entre Platão e Aristóteles, mostrando os pontos comuns e divergentes entre eles e, em seguida, evidencia mais precisamente a concepção aristotélica das formas de amizade na comunidade política com seus respectivos desvios.

Palavras-chave: Amizade. Política. Comunidade. Desvios.

Abstract: This article compares the conception of friendship between Plato and Aristotle, showing common and divergent points between them and, after that it evidences the Aristotelian conception of the ways of friendship in the political community with its respective deviation.

Keywords: Friendship. Political. Community. Deviation.

Antes mesmo de Aristóteles, Platão havia se debruçado sobre o tema da amizade procurando defini-la em alguns diálogos, entre eles o *Lísis*, que será sucintamente analisado neste artigo. O termo *φιλία* (amizade) não é fácil de precisar na obra platônica, porque implica uma distinção na relação afetiva entre o amante e o amado. No decorrer do diálogo, Platão demonstra três teses e em seguida refuta cada uma delas. Na primeira, concebe a amizade aos moldes dos poetas¹, isto é, como agregação entre semelhantes ou iguais (*L* 214a-b). A segunda é obtida pela visão dos filósofos² que se mostra contrária à primeira: a amizade é constituída pela junção dos contrários³. E a terceira é uma busca de conciliação entre as duas teses anteriores.

A primeira tese não satisfaz, pois há uma contradição interna, ou seja, Sócrates procura demonstrar que a amizade entre semelhantes é impossível. Se assim for, o mau pode ser amigo do mau, e isso é inadmissível, haja vista que os praticantes da injustiça não podem ser amigos entre si, nem dos que lesaram. Portanto, no modelo poético, os iguais não possuem necessidade de se prestarem nenhum benefício; conseqüentemente, como poderão se fazer mutuamente felizes? Aliás, quanto mais semelhantes, mais se enchem de rivalidade e inimizade⁴.

A segunda tese possui argumento semelhante, no sentido de mostrar que é também impossível entre desiguais haver amizade, porque não se pode conciliar os contrários, como: o justo e o injusto, o bom e o mau. Para solucionar, então, esta aporia, surge uma terceira hipótese como mediadora das duas teses que se mostraram incapazes de suscitar a amizade. Trata-se da premissa de que aquele que nem é bom, nem mau é que se torna amigo do bom, e o que tem estas características é o belo; portanto só o belo é que pode ser amigo⁵. “Belo” entende-se aqui no sentido absoluto, no plano metafísico. O diálogo mostra o corpo como exemplo de algo que não é bom, nem mau, e poderá tornar-se bom devido à presença do mau (doença). O corpo passa a

¹ Sócrates faz referência especialmente a Homero na passagem XVII, 218 da *Odisséia*. Essa tese não é compartilhada por todos os poetas, como é o exemplo de Hesíodo.

² Platão faz referência nessa passagem a Heráclito e sua dialética em que cada coisa busca o seu contrário: o seco ao úmido, o frio ao quente.

³ PLATÃO, *Lísis*, 215 c-e

⁴ HESÍODO, *Os Trabalhos e os Dias*, V. 25-26

⁵ PLATÃO, *Lísis*, 216 c-d

ser amigo da medicina (bem) por causa da doença (mal)⁶. O exemplo acima citado é para demonstrar que a presença do mal não significa tornar aquilo que não é nem bom nem mau em algo maléfico, ruim; ao contrário, a presença do mal pode levar ao desejo do bem.

O diálogo ainda mostra que não se pode chegar à ideia do bem em função de alguma coisa. O bem é ou deve ser sempre desejado por si mesmo, logo a amizade deve ser algo que se almeja enquanto um bem por si mesmo. Platão faz uma analogia com a sombra, pois a sombra é reflexo de alguma coisa que não é ela mesma, apenas se delinea como uma imagem prolongada e deformada daquilo que reflete. Essa analogia é feita para contestar a tese acima de que o bem deve ser valorizado por causa do mal. Não é por causa do mal que o bem é amado, e a verdadeira amizade não pressupõe meios para ser conduzida como instrumento a um fim desejado. No entanto, em 210e, o termo aparece com uma conotação erótico-sexual, e subitamente há uma interrupção da noção erótica por Sócrates. Ao afastar-se dessa noção, buscará uma compreensão da amizade como algo transcendental, deixando as discussões em torno da particularidade, encaminhando-as para a universalização.

A amizade que deve ser amada por si mesma remete a um primeiro princípio (πρώτον φίλον), que corresponde ao “primeiro amigo”, ao *eidos*, ou à idéia do que seja amigo; por isso a verdadeira amizade é sinônima de sumo bem, pois essa é a sua natureza. Logo, a amizade no *Lísis* é uma proposta filosófica de Platão em torno da beleza e da verdade.

Platão conclui, então, que amizade é sinônimo de bem, e Aristóteles segue esse caminho, embora com uma leitura muito própria. Discorda de Platão em alguns pontos ao afirmar que, ao entrar em jogo o prazer ou a utilidade, até os maus conseguem ser amigos entre si. É possível também acontecer amizade entre bons e maus, e os que não são nem bons nem maus podem ser amigos de qualquer pessoa. Contudo, somente entre os homens bons pode haver a verdadeira amizade.

Na *Ética a Nicômaco* Aristóteles define a amizade de três modos: a primeira é justificada como a mais sublime, porque é o tipo de amizade que visa somente à bondade por si mesma, ou seja, busca o bem do amigo por amor ao amigo. Nesse tipo de amizade, impera a benevolência, a reciprocidade e o bem querer como três formas

⁶ O exemplo do corpo é dado como algo que não é bom nem mau, contudo em outros diálogos, tais como o *Fédon* 82 b, *Górgias* 493 a, o corpo é visto como algo ruim, *lócus* das paixões.

em que se manifesta o desejo de bem. O amigo deseja que esse sentimento seja compartilhado e que isso seja suficiente para justificar a amizade por si só. O segundo e o terceiro modo mostram a amizade como meio e não um fim, embora ambos possuam também a benevolência, ainda que seja passageira, como veremos a seguir: A verdadeira amizade ou, em outros termos, a amizade entre semelhantes, Aristóteles a evidencia na seguinte passagem:

Essa espécie de amizade, pois, é perfeita tanto no que se refere à duração como a outros respeito, e nela cada um recebe de cada um a todos os respeito o mesmo que dá ou algo de semelhante. E é exatamente isso o que deve acontecer entre amigos⁷.

Entretanto, o filósofo quer ainda demonstrar que mesmo nas diferenças existem semelhanças nas amizades acidentais com relação à amizade verdadeira. Segundo Berti⁸, Aristóteles faz uma diferença sutil entre o termo “amizade” e “amigo”. A “amizade” só é cabível entre os virtuosos, portanto, entre os idênticos, enquanto o termo “amigo”, ele o emprega para indicar laços entre pessoas que buscam o útil ou o prazer, de tal maneira que, por parecerem boas, estão numa relação de semelhança com o bem. Logo, o amigo é aquele que busca no outro um meio para a realização do útil ou do prazer, embora hierarquicamente a amizade por prazer seja muito mais próxima da verdadeira em comparação àquela que visa somente o útil, porque pelo prazer os amigos que se encontram se sentem felizes com a presença do outro, enquanto os que visam o útil só querem o objeto de utilidade. Assim, a amizade se diz de muitas maneiras, tal como a noção de ser, porque é um termo que admite semelhanças, mas “semelhança” não significa sinonímia, pois Aristóteles confere graus ou uma hierarquia ascendente com relação à verdadeira virtude. Portanto, o prazer e a utilidade se mostram como formas de amizades relativas com relação à primeira, que se manifesta como o querer do bem em si.

Aristóteles analisa a natureza da amizade para mostrá-la como uma virtude necessária nas relações interpessoais e no campo político ao possibilitar a aproximação entre os sujeitos que atuam na esfera pública, contribuindo para estreitar laços que levem à harmonia da *pólis*. Para que a amizade possa atuar na política, deve ser conduzida pela razão, pois a razão, segundo o filósofo, ajusta os desejos que, sem

⁷ ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, VIII, 4, 1156b 33-35

⁸ BERTI, Enrico. *A relação entre as formas de amizade segundo Aristóteles*, P. 31

orientação, desequilibra a boa condução de uma cidade. Ora, diz Aristóteles, as formas de comunidade são partes da comunidade política, e é pela vantagem comum e não particular que os homens praticam a justiça e formam um corpo social. A busca de vantagens ou utilidade é outra forma que conduz à amizade, não tem sentido ou não se firma por muito tempo quando colocada em prática, pois não possui uma motivação intrínseca que suscite a bondade, por isso se evidencia como uma amizade accidental. Entre os particulares apenas o proveito mútuo é visado, entretanto este tipo de amizade é importante sob um aspecto: quando se trata de uma busca por vantagens comuns aos cidadãos de uma *pólis*, porque ela é peculiar aos homens com tendências ao mercantilismo. Com isso, tem a importância de possibilitar trocas de produtos que podem ser úteis a todos.

O terceiro modo da amizade (centrada no prazer) também é visto como uma forma accidental, pois entre particulares só se constitui como estável enquanto durar o prazer. Ao romper-se o elo prazeroso, finda a amizade; no entanto, ela também propicia vantagens, como afirma Aristóteles: “algumas comunidades parecem originar-se da necessidade do prazer, como as corporações religiosas e os grêmios sociais; pois esses existem a fim de oferecer sacrifícios e proporcionar o convívio”⁹.

Ao que parece, as duas formas accidentais da amizade possuem vantagens e desvantagens no âmbito das relações entre os homens. No entanto, as desvantagens são maiores, porque geralmente os homens visam vantagens imediatas para si, enquanto a comunidade política visa ao que é vantajoso para os cidadãos como um todo. A desvantagem se dá quando acontecem os desvios das constituições estabelecidas.

No entanto, o que é vantajoso para os cidadãos é comum a todos? Ora, o espaço político deve ser aquele em que todos almejam o “bom” no sentido de excelência. Isso implica a busca dos homens pela própria realização enquanto ser político, mas isso não é algo que deve ser pautado numa idealidade, pois é conquistada com a prática da virtude. Se o homem político comum conquistar dentro do seu espaço esse “bem comum”, ele propicia a justiça, porém o que comumente acontece são os desvios ocasionados por aqueles que regem a cidade e que a torna objeto dos seus desejos particulares. Então, cada um dos regimes de poder advoga em torno de seus interesses uma noção particular de justiça, e nenhum deles abarcará de fato a ideia de justiça como um todo. Entretanto, o poder justo da cidade deve ser mantido pela ordem da lei, mas se

⁹ Ibid. 1160a20

a lei é justa, como acontecem os desvios? Na execução dos governos, cada forma toma para si uma ideia de justiça relativa aos seus interesses.

Na realidade, a boa política depende de leis retas que se mostram na prática, algo que possibilite a realização do bem comum e não de grupos ou interesses particulares de um só. Mesmo que este “um” seja um monarca que tome para si os direitos de cidadania (aquele que sabe o que é melhor para os outros), porque está no poder e pode realizar o que é bom para os que são considerados cidadãos. Nesse caso e em outros, não importa se a *pólis* seja governada por uma ou mais pessoas, contanto que a lei prevaleça em benefício de todos. Os desvios são contrários à natureza, pois os homens devem viver em grupos para construir uma comunidade pautada na solidariedade.

Verificaremos as três espécies de constituição e seus respectivos desvios que refletem as perversões causadas também pelos tipos acidentais da amizade.

A primeira é a monarquia (governo de um só homem) e seu desvio ocasiona a tirania. Segundo Aristóteles, “o tirano visa a sua própria vantagem; o rei, a vantagem de seus súditos”. O rei que não se transforma em tirano e mantém um elo com seus súditos consegue manifestar uma das formas da justiça, pois um bom monarca não precisa de nada e por isso olhará somente para os interesses daqueles a quem ele governa. Se há justiça de fato nessa relação é por consequência da amizade que o rei lhes confere em forma de zelo e bem-estar.

Algumas vezes um monarca escolhe entre seus súditos algum em especial para dedicar-lhe amizade. Geralmente o escolhido é aquele que pode ser útil ou agradável, pois as duas qualidades são difíceis de ser encontradas num só homem. Historicamente, profundas amizades foram registradas entre monarcas e alguns súditos, amizades que culminaram na morte de alguns dos amigos pelas mãos do outro. O problema acontece especialmente pela via da utilidade, ou seja, os amigos do rei pensam que as trocas de favores acontecem na forma de igualdade porque se mostram úteis pelos favores e conselhos que retribuem ao rei e com isso se sentem homens bons; no entanto, a amizade é rompida pelas exigências que ambos se fazem. O rei exige lealdade e gratidão acima de tudo; os amigos do rei também exigem gratidão pela utilidade que têm na relação; logo, como a relação é estabelecida por interesses utilitários e não pela gratuidade da própria relação, tende a acabar.

A aristocracia seria a segunda forma de governo, e sua degeneração conduz à oligarquia. Esta acontece quando os governantes distribuem aquilo que pertence ao

Estado, especialmente os cargos públicos, sempre à mesma parcela da comunidade. Tal distribuição é feita entre os amigos ou pessoas próximas; com isso, os oligarcas não tratam os cidadãos com justiça, já que os bens estatais são reservados a uma pequena parte da sociedade, levando em consideração as posses ou riquezas dessa parcela.

Por último temos a timocracia que é idealmente o governo da maioria ou governo dos iguais, e sua degeneração leva à democracia. Diz Aristóteles que é a forma menos ruim, porque ocorre apenas um ligeiro desvio, levando em consideração que a maioria não tem posses e são tratados como iguais. Mesmo assim, a democracia pensa o justo como uma medida de igualdade entre os cidadãos por estarem na mesma condição, enquanto os oligarcas pregam o respeito ao justo pela desigualdade de condições. Pelo fato de serem ricos querem uma justiça que proteja suas riquezas, exatamente o contrário da democracia. Cada um vê parcialmente o que seja o bem comum e reivindicam para si a supremacia do poder, mas não conseguem vislumbrar o bem da cidade como um todo, pois os laços que os prendem estão voltados para os interesses de grupos.

O que define o bem comum não são interesses de grupos ou mesmo da maioria, são interesses que se fazem por laços pautados nas afecções positivas, e a amizade é uma das principais. Aristóteles pensa que isso é o que constitui uma vida feliz e perfeita numa comunidade. Entretanto, pelo fato dos homens não serem deuses, eles precisam criar tais laços afetivos; para tanto, é necessário cultivar o hábito da virtude, pois é pela virtude de cada um posta em ação que o exercício político culminará no bem comum. Ao que parece, Aristóteles admite a definição platônica que se refere a dar a cada um aquilo que lhe convém, pois isso é bem pertinente ao comando daqueles que irão governar a cidade. O próprio governante tem que ser virtuoso e deve praticar ações virtuosas, justas, estimulando cada cidadão para suas diferenças contribuírem para o bem da cidade, dando de si o que for de melhor. Deverá promulgar leis que possam conduzi-los à prática da virtude e à obediência às leis¹⁰.

Na realidade, as constituições são extensões das relações entre sujeitos sociais, basicamente os mesmos modelos apresentados dentro da família. Isto é, a família representa, em determinados momentos, especialmente nas relações entre pais e filhos, as formas de constituições retas e desviadas. Cada uma delas comporta a amizade na medida exata da justiça ou injustiça (quando prevalecem os excessos). A justiça, assim

¹⁰ Ibid. 1102 a 5-10

como a amizade, é proporcional ao mérito daqueles que se relacionam. A relação dos pais com seus filhos, segundo Aristóteles, é similar à monarquia, visto que os pais zelam por seus filhos; mas pode ser em forma de tirania quando os pais usam seus filhos como escravos. Na relação entre marido e esposa há semelhança com a aristocracia se o homem governar onde deve, deixando a esposa governar em assuntos que pertencem a uma mulher. Todavia, quando o homem que quer governar em todos os espaços, a associação degenera em oligarquia. No que diz respeito aos irmãos, a associação é similar à timocracia, pois todos são iguais; entretanto, quando todos querem governar, e não há um comando forte, então se instala a democracia. O princípio da justiça, igualdade que culmina na organização política e em última instância na aproximação entre os sujeitos sociais (e a isto chamamos de amizade) tem origem na família por esta ser uma instituição criadora de um espaço em que todos esses valores podem ser ordenados. Entretanto, Aristóteles mostra que a família não pode ser considerada responsável por uma organização mais sofisticada da amizade se a considerarmos como um dos pontos de intersecção para a constituição de uma política em decorrência das assimetrias intrínsecas às próprias relações familiares, como ocorre no exemplo entre pai e filho, ou mesmo entre irmãos, em vista de uma desigualdade que irá sempre imperar.

Aristóteles faz ainda uma analogia entre um rei e um pastor de ovelhas para demonstrar que um rei deve cuidar de seus súditos como um pastor cuida de suas ovelhas, similarmente a um pai que cuida dos filhos. O problema é que, nesse exemplo, não se pode dizer propriamente que há afeição entre um pastor e suas ovelhas. O cuidado advém de um interesse patrimonial; isto é, o pastor gosta das suas ovelhas assim como Midas gostava do seu ouro¹¹, por isso não se configura como um bom exemplo de amizade, segundo Lorraine Pangle¹².

É possível dizer que as maiores dificuldades, no que tange às relações de amizade, se encontram no campo político, porque cada uma das formas de governo é pautada em relações de interesses mútuos que, não sendo concretizados, levam geralmente ao rompimento. Embora tenham sido abordados no tema da amizade, até com mais afinco, os desvios acidentais, existe, no entanto, a possibilidade de uma

¹¹ PANGLE, L. S. *Aristotle and the Philosophy of Friendship*, P. 101 – Na comparação que Aristóteles faz do pastor de ovelhas com um monarca, ele apenas retira o exemplo de Homero na Odisséia.

¹² Ibid.

concretização da amizade e da justiça numa comunidade política. Pela amizade os homens tornam-se companheiros, seja de viagem, de armas ou de outras formas. O importante é que até aonde vai a sua associação vai sua amizade. Assim se dá também com a justiça, pois onde se compartilha, aí também imperam ambas as virtudes como divulgação da igualdade na comunhão de bens. Entretanto, mesmo não sendo um termo de fácil apreensão no sentido semântico, podemos delimitar a amizade em dois campos distintos, mas complementares:

a) Ela não pode ser considerada como uma mera afecção. É muito mais um estado, um procedimento que requer escolhas (*προαίρεσις*), e tal escolha também requer uma aprendizagem apropriada que se transmutará num hábito¹³.

b) Como algo similar à virtude, é necessário que a amizade seja praticada para ser reconhecida numa perspectiva de reciprocidade.

A manifestação da amizade e da justiça se dá no campo político por meio do que Aristóteles chama de unanimidade dos homens bons, que culminará na busca da *eudaimonia* como um fim último. Na política isso é fundamental, pois tais homens conjugam um único pensamento que possibilitará a efetivação de um desejo do que é justo e vantajoso para todos, enquanto os maus constroem um desejo particular de alcance de bens e vantagens somente para si mesmos, pois ambicionam mais do que podem ter e ainda criticam aqueles que se opõem às suas ações. Esse estado de luta que foge aos preceitos da justiça é o que causará a não efetivação do bem, por isso deverá existir sempre a prática vigilante de homens justos para a consecução da ordem comum.

Portanto, é possível que a análise de cada tipo de amizade por Aristóteles em sua obra não objetiva somente demonstrar que os homens se relacionam de formas diferentes no campo político-social, mas também desenvolver um modelo de conduta que leve a uma cooperação no âmbito mais diverso do espaço comunitário, estabelecido pela diversidade de interesses. E nessa diversidade de relações há uma bondade intrínseca que culmina sempre na excelência dos melhores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

¹³ ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, 1157b28-33.

ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*. Trad. Mário da Gama Kury. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

BERTI, Enrico. A relação entre as formas de amizade segundo Aristóteles. IN: *Analytica*, n.01, Vol. 06, P.23-43, Rio de Janeiro, 2001.

ORTEGA, Francisco. *Genealogias da Amizade*. São Paulo: Iluminuras, 2002.

PANGLE, Lorraine Smith. *Aristotle and the philosophy of friendship*, Cambridge: Ed. Cambridge University Press, 2003.

PEGORARO, Olinto A. *Ética é justiça*. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 1995.

PLATÃO. *Lísis*. Introdução, versão e notas de Francisco de Oliveira. Brasília: Ed. UNB, 1995.

ROSS, S. D. *Aristóteles*, Trad. Luiz F. Bragança e S.S. Teixeira, Lisboa: Ed. Dom Quixote, 1987.